

PROCESSO Nº

-72/15-

REG. PROC. Nº

-06-

FOLHA Nº

-14-

FL. 1



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 32/15

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá
outras providências.

Autor: de Prefeito Municipal

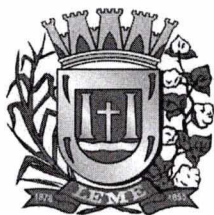
AUTUAÇÃO

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de junho de 2015
autuo o P.L. nº 32/15 e o of. nº 421/15 em frente.

Eu, _____

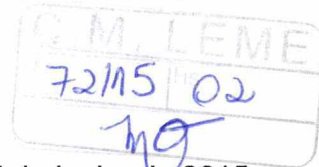
, subscrevi

30/15



Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

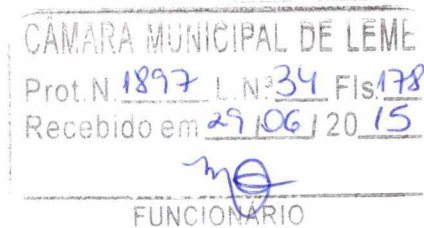


Ofício nº 421/15-GP

Leme, 25 de junho de 2015.

Excelentíssimo Senhor,

CÓPIA



Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto de Lei que:

- ✓ *"Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências".*

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e Nobres Pares, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ADEMIR DONIZETI ZANÓBIA
Prefeito do Município de Leme

Ao
Excelentíssimo Senhor
EDUARDO LEME DA SILVA
DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme/SP
Nesta

REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 72

fls. 14, do Registro de Processo nº 06

Leme, 29 de junho de 20 15

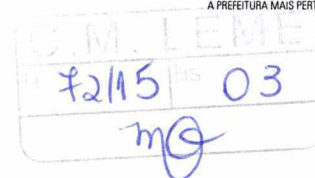
Funcionário ME



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Finanças



PROJETO DE LEI Nº 32/2015



“ Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências”

Ademir Donizeti Zanóbia, Prefeito do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
10	2	262.0000	02.08.03-123610013.1.056000-4.4.90.51	1788	R\$ 300.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123610013.2.011000-3.3.90.30	1808	R\$ 500.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123610013.2.011000-3.3.90.39	1818	R\$ 300.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123610013.2.011000-4.4.90.52	1826	R\$ 200.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123650013.1.006000-4.4.90.51	1862	R\$ 100.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123650013.1.056000-4.4.90.51	1870	R\$ 300.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123650013.2.011000-3.3.90.30	1890	R\$ 400.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123650013.2.011000-3.3.90.39	1900	R\$ 300.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123650013.2.011000-4.4.90.52	1908	R\$ 100.000,00
Total Art. 43, § 1º, II - L.4.320/64					R\$ 2.500.000,00

§ 1º - O crédito aberto no Artigo 1º, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), correrá por conta de **excesso de arrecadação**, conforme previsto no Artigo 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 2º – As alterações serão consideradas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária de 2015.

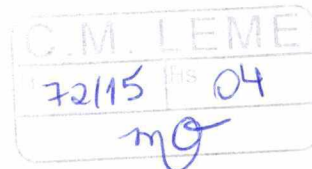
Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 15 de Junho de 2015.


ADEMIR DONIZETI ZANÓBIA
Prefeito do Município de Leme



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Finanças



JUSTIFICATIVA

Através da Lei Municipal nº 3.391, de 30 de dezembro de 2014, foi estimada a receita e fixada a despesa para o exercício de 2015.

Considerando que a estimativa para a arrecadação do FUNDEB é realizada com base no valor aluno para cada Estado divulgada pelo Ministério da Educação;

Considerando que para o Orçamento 2015, elaborado em Setembro/2014, utilizando como base de cálculo o valor aluno da Portaria Interministerial nº 19 de 27/12/2013, em vigor na época, projetando assim uma arrecadação de R\$ 38.200.000,00;

Considerando publicação da Portaria Interministerial nº 17 de 29/12/2014, a qual estima o valor do aluno para o exercício de 2015, conforme estimativa do Governo Federal a Prefeitura receberá aproximadamente R\$ 41.354.000,00, ocasionando um excesso de arrecadação de R\$ 3.154.000,00;

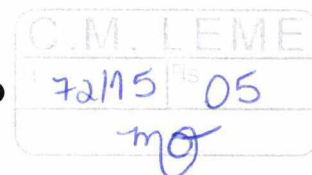
Considerando que já foi utilizado parte do valor (suplementado por decreto), para adequar algumas despesas para a Secretaria de Educação enquanto os cálculos eram realizados, fica ainda o valor de R\$ 2.500.000,00 a ser adicionado ao Orçamento 2015;

Venho mui respeitosamente, propor este Projeto de Lei, para adequação das peças de planejamento orçamentário do município, visto que as alterações propostas visam mais benefícios e um melhor atendimento para os alunos da rede municipal.


ADEMIR DONIZETI ZANÓBIA
Prefeito do Município de Leme



Estimativa de Impacto Orçamentário



Atendimento aos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000
Lei de Responsabilidade Fiscal

FINALIDADE: "DISPÕE SOBRE AS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PROPOSTAS EM PROJETO DE LEI NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – FUNDEB"

Declaro que as despesas a serem criadas dispõem de saldos em caixa suficiente para atendimento dos dispêndios, pois são recursos provenientes de excesso de arrecadação do FUNDEB (Transferência Estadual), e que por meio de projeto de Lei está incluindo as alterações necessárias nas peças de planejamento PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual.

As dotações orçamentárias a serem suplementadas estão alocadas na Secretaria de Educação.

A expectativa é que a execução seja durante o exercício de 2015, segue assim o cálculo do impacto das despesas:

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DE NOVAS DESPESAS		
Impacto Sec. Educação - Transf. Estadual fonte:02		
Previsão Orçamentária Transf. Estadual 2015 (Prefeitura)	R\$	45.580.241,00
Previsão Orçamentária Transf. Estadual 2015 (Sec. Educação)	R\$	38.200.000,00
Acréscimos propostos no projeto de lei	R\$	2.500.000,00
Impacto sobre a previsão orçamentária do Tesouro 2015 (Prefeitura)		5,485%
Impacto sobre a previsão orçamentária do Tesouro 2015 (Sec. Educação)		6,545%

Leme, 16 de Junho de 2015.

Bruna Vieira Coelho
Chefe do Núcleo de Planejamento e Orçamento

Ademir Donizeti Zanóbia
Prefeito do Município de Leme

A Procuradoria Jurídica
para parecer em 29/6/15



PRESIDENTE

JUNTADA

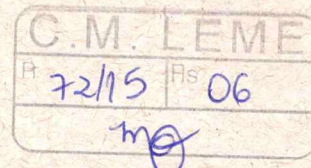
Em 29 de junho de 20 15

raço juntada a estes autos do parecer
das comissões.

Funcionário mg



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI Nº 32/2015

EMENTA: "Autoriza o poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências."

AUTORIA: Prefeito Municipal

Senhor Presidente

O presente processo apresenta Projeto de Lei que dispõe sobre a abertura de crédito especial e dá outras providências.

Assim, cumpro-me manifestar sobre o mérito do projeto, avaliando estritamente os aspectos formais da proposição em tela.

É o relatório.

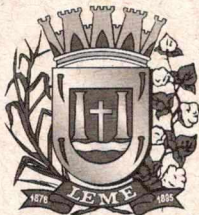
Passo a opinar.

Ab initio, cumpre observar que não compete a Procuradoria Jurídica desta Casa examinar os critérios de conveniência e de oportunidade no que pese as aberturas de créditos adicionais especiais, ora sugeridas. A análise está restrita aos aspectos de legalidade.

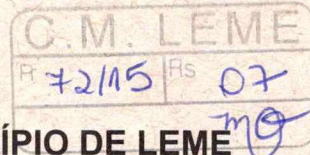
Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto se encontra em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.

Observa-se que, o fundamento legal para a presente propositura encontra-se pautado no artigo 42, da Lei Federal n.º 4.320/64, que concede autorização para abertura de crédito considerados especiais por meio de autorização legal.

Ainda, no mesmo texto legal, em seu artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, trouxe a possibilidade da presente abertura de crédito, que conforme consta no projeto, provém de acesso de arrecadação e mais, em sua justificativa especificou a origem do excesso arrecadado, que apresentou em seu texto o excesso arrecadado tendo em vista que o Orçamento elaborado em setembro de 2014 usou como base de cálculo o valor por aluno com base em uma



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



portaria do ano de 2013 e que recente portaria alterou este valor., oriundos de estimativa de arrecadação do FUNDEB

Ademais, presente está no projeto, a Estimativa de Impacto Orçamentário, especificando que tais recursos em excesso, por meio de projeto de Lei, serão incluídos no PPA – Plano Plurianual, LDO – Leis de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual.

Assim, conforme apresentado acima, não há vício no Projeto de Lei em questão e analisando os documentos juntados, constata-se que o mesmo preenche os requisitos para realizar o acima exposto, ressaltando que, no presente projeto não consta pedido de urgência e nem pedido de urgência especial de seu autor, desta forma devendo ter sua tramitação normal por esta Casa Legislativa.

Diante dos fatos e razões apresentados no presente parecer técnico-jurídico baseado nos elementos formais, não há óbices à aprovação do Projeto de Lei nº 32/2015.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

Leme/SP, 29 de junho de 2015.

Paulo Augusto Hildebrand
Procurador Jurídico

Ao Expediente

29 / 6 / 2015

PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☐

P.U.O.P.S. ☐

Em 29 / 6 / 15

VISTA

Em 30 de Junho de 20 15

Com vista em comissões

Funcionário Daiane Trava

JUNTADA

Em 01º de Julho de 20 15

raço juntada a estes autos do parecer
das comissões

Funcionário m

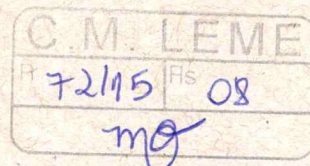


CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 32/15

EMENTA: Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências.

AUTORIA: Prefeito Municipal.



PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,

e

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade reunidas extraordinariamente na Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresenta o seguinte Relatório, o qual é também nosso voto:

1.) -

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de Autoria do Prefeito Municipal que busca a autorização Legislativa para abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2.500.000,00 por conta de excesso de arrecadação, traz ainda a estimativa de Impacto Orçamentário com a declaração da Chefe do Núcleo de Planejamento e Orçamento e do Senhor Prefeito Municipal.

2.) -

Tais valores, segundo a justificativa ao projeto informam que a estimativa para a arrecadação do FUNDEB é realizada com base no valor aluno para cada Estado divulgada pelo Ministério da Educação, a qual estima o valor do aluno para o exercício de 2015, conforme estimativa do Governo Federal a Prefeitura Municipal receberá aproximadamente o valor de R\$ 41.354.000,00, ocasionando assim um excesso de arrecadação.

3.) -

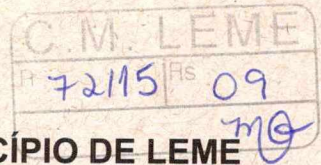
Ressalta-se ainda a disposição no art. 2º do projeto de lei em questão, que as alterações serão consideradas no PPA 2014/2017, LOA e LDO de 2.015.

4.) -

No tocante a Comissão de Constituição Justiça e Redação, estando o projeto bem redigido e instruído nada obsta que seja



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



apreciado pelo Plenário desta Casa, razão porque emite o seu parecer **FAVORÁVEL** à sua tramitação.

5.] –

De outro aspecto, o projeto se apresenta de forma interessante, conveniente e necessário segundo a Legislação pertinente à matéria, inclusive sob o aspecto tocante à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois traz a estimativa de Impacto Orçamentário, atendendo aos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, de forma que a Comissão de Orçamento, Finanças é de parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto, merecendo ser apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 1º de julho de 2015.

Pela Comissão de C.J.R.

Maria Izabel Aparecida Parolim
Presidente

Eurides Rodrigues do Prado
Vice-Presidente

Osvair Antunes da Silva
Secretário

Pela Comissão de O.F.C.

Osvair Antunes da Silva
Presidente

Francisco Ferreira da Silva
Vice-Presidente

Maria Izabel Aparecida Parolim
Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R. 72/15	Fls. 10
m	

A Ordem do Dia

06/07/2015

PRÉSIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 32/15, aprovado por unanimidade em 1ª e 2ª votação.
Em 06 de julho de 2015.

EDUARDO LEME DA SILVA
Presidente





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME
72/15 His 11

Redação Final

PROJETO DE LEI Nº 32/15

Autorizo o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial e dá outras providências.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

UG	Fonte de Recurso	Código de Aplicação	Funcional Programática	Código Reduzido	Valor
10	2	262.0000	02.08.03-123610013.1.056000-4.4.90.51	1788	R\$ 300.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123610013.2.011000-3.3.90.30	1808	R\$ 500.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123610013.2.011000-3.3.90.39	1818	R\$ 300.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123610013.2.011000-4.4.90.52	1826	R\$ 200.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123650013.1.006000-4.4.90.51	1862	R\$ 100.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123650013.1.056000-4.4.90.51	1870	R\$ 300.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123650013.2.011000-3.3.90.30	1890	R\$ 400.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123650013.2.011000-3.3.90.39	1900	R\$ 300.000,00
10	2	262.0000	02.08.03-123650013.2.011000-4.4.90.52	1908	R\$ 100.000,00
Total Art. 43, § 1º, II - L.4.320/64					R\$ 2.500.000,00

§ 1º - O crédito aberto no Artigo 1º, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), correrá por conta de **excesso de arrecadação**, conforme previsto no Artigo 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320/64.

Artigo 2º - As alterações serão consideradas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária de 2015.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 07 de julho de 2015.

Eduardo Leme da Silva
Presidente